

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Votorantim Corretora possui oito selos referentes às certificações do Programa de Qualificação Operacional (PQO) para os segmentos Bovespa e BM&F. Essas certificações reconhecem a conformidade da Votorantim Corretora quanto ao seu posicionamento estrutural e operacional, identificadas nas melhores práticas do setor. No 1514, a equipe de *research* da Votorantim Corretora deu continuidade ao aumento das coberturas na renda variável, atingindo 90 empresas em 15 setores diferentes da economia. Além disso, ampliou a equipe de *research* de renda fixa, gerando maior qualidade na abordagem aos investidores locais e internacionais, principalmente nas estruturas mais complexas (debêntures de infraestrutura e *bonds high yield*). No encerramento do primeiro semestre de 2014, a Votorantim Corretora registrou Patrimônio Líquido de

R\$ 276,7 milhões (R\$ 255,1 milhões no 1513) e lucro líquido de R\$ 21,3 milhões (resultado negativo de R\$ 440 mil no 1513). O total das receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias no 1514 foi de R\$ 8,8 milhões, ante R\$ 13,3 milhões no 1513.

A administração da Votorantim Corretora agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 04 de agosto de 2014

A Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	2014	2013		2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	376.449	563.672	PASSIVO CIRCULANTE	109.149	310.355
Disponibilidades (Nota 4)	396	366	Captações no Mercado Aberto	4.896	19
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	277.247	242.606	Carteira própria	4.878	19
Aplicações no mercado aberto	18	–	Carteira de terceiros	–	–
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	277.229	242.606	Instrumentos Financeiros Derivativos	–	3.935
Títulos e Valores Mobiliários	19.431	38.952	Instrumentos financeiros derivativos	–	3.935
Carteira própria	7.729	20.422	Outras Obrigações	104.253	306.401
Vinculados a compromissos de recompra	5.032	1.673	Sociais e estatutárias	4.958	10.317
Vinculados à prestação de garantias	6.670	16.857	Fiscais e previdenciárias	8.959	2.804
Outros Créditos	78.936	281.362	Negociação e intermediação de valores	81.206	289.717
Rendas a receber	7	10	Diversas	9.530	3.563
Negociação e intermediação de valores	64.931	274.402	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.528	24.427
Diversos	13.998	6.950	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.528	24.427
Outros Valores e Bens	439	386	Captações no Mercado Aberto	–	1.585
Despesas antecipadas	439	386	Carteira própria	–	1.585
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.904	26.204	Outras Obrigações	12.528	22.842
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.800	20.730	Fiscais e previdenciárias	8.371	22.842
Outros Créditos	20.741	20.730	Negociação e intermediação de valores	2.357	–
Diversos	59	–	Diversas	1.200	–
Outros Valores e Bens	59	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	276.676	255.094
Despesas antecipadas	59	–	Capital	169.280	169.280
PERMANENTE	1.104	5.474	De domiciliados no País	169.280	169.280
Investimentos	827	5.033	Reservas de lucros	87.182	86.254
Outros investimentos	3.335	7.501	Lucros ou Prejuízos Acumulados	20.214	(440)
(Imparidade acumulada)	(2.508)	(2.468)			
Imobilizado de uso	277	441	TOTAL DO PASSIVO	398.353	589.876
Outras imobilizações de uso	1.943	1.926			
(Depreciação acumulada)	(1.666)	(1.485)			
Intangível	–	–			
Ativos intangíveis	200	200			
(Amortização acumulada)	(200)	(200)			
TOTAL DO ATIVO	398.353	589.876			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital		Reservas de lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
	Capital realizado	Reservas de capital	Legal	Expansão		
Eventos	169.280	–	12.371	73.883	–	255.534
Saldos em 31 de dezembro de 2012	–	–	–	–	(440)	(440)
Prejuízo do período	–	–	–	–	(440)	(440)
Mutações do período	–	–	–	–	(440)	(440)
Saldos em 30 de junho de 2013	169.280	–	12.371	73.883	(440)	255.094
Saldos em 31 de dezembro de 2013	169.280	–	12.386	73.732	–	255.398
Lucro Líquido do período	–	–	–	–	21.278	21.278
Destinação - Reserva legal	–	–	1.064	–	(1.064)	–
Mutações do período	–	–	1.064	–	20.214	21.278
Saldos em 30 de junho de 2014	169.280	–	13.450	73.732	20.214	276.676

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

1. A CORRETORA E SUAS OPERAÇÕES
A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em Bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem: o valor residual do ativo imobilizado, ativos fiscais diferidos, provisão para em ajustes imateriais ou em ajustes imateriais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outros provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia aplicou ainda o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 04 de agosto de 2014.

Informações para efeito de comparabilidade. Foi realizada, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações a seguinte reclassificação na Demonstração do Resultado de 30 de junho de 2013:

	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Despesas de Pessoal	(7.191)	(62)	(7.253)
Outras despesas operacionais	(1.218)	62	(1.156)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

a) Aplicação do Resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balanços mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	30/06/2014						30/06/2013					
	Valor de Mercado						Total					
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Vencimento em Dias												
1 - Títulos para negociação												
Títulos Públicos												
Letras Financeiras do Tesouro					6.670	19.431	–	37.188	–	25.603	38.952	1.764
Notas do Tesouro Nacional					6.670	6.670	–	6.670	–	25.603	27.367	1.764
Títulos Privados					–	–	–	–	–	–	–	–
Certificados de depósito bancário			12.761	–	–	12.761	12.761	–	11.585	11.585	–	–
			–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas de aplic. em dep. Interfinanceiros (Nota 6b)												
Total												

objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente
Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.
Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota 11).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade
Ao final de cada exercício, a Companhia avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Companhia estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a Companhia testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.
Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Intangível
Softwares - os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade. As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

j) Benefícios a Empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa / benefício atribuído a cada colaborador.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo três anos) e com as características de cada benefício, são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 20.

k) Captações no Mercado Aberto
As captações no mercado são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Tributos
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%
Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alteradas pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.	

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota 21).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

n) Outros Ativos e Passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ Mil	R\$ Mil
	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades	396	366
Disponibilidades em moeda nacional	396	366
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	(a) 277.229	32.751
Aplicações em depósitos interfinanceiros	277.229	32.751
Total	277.625	33.117

(a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Swap	1.201	(1.010)
Futuros	(14)	(5)
Total	1.187	(1.015)

7. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Outros Créditos		
Caixas de registro e liquidação	-	50.353
Devedores - conta liquidações pendentes	22.905	46.167
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	42.026	177.882
Total	64.931	274.402
Ativo circulante	64.931	274.402
Outras Obrigações		
Caixas de registro e liquidação	18.742	163
Credores - conta liquidações pendentes	62.450	288.815
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	5
Comissões e corretagens a pagar	14	14
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	2.357	720
Total	83.563	289.717
Passivo circulante	81.206	289.717
Passivo não circulante	2.357	-

11. IMOBILIZADO DE USO

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Móveis e equipamentos de uso	4.878	1.604
Sistema de comunicação	18	-
Sistema de processamento de dados	18	-
Total	4.878	1.604

12. INTANGÍVEL

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
SISBEX BM&FBOVESPA	4.878	1.604
Total	4.878	1.604

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO

a) Captações no Mercado Aberto

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Carteira Própria		
Certificado de Depósitos Bancários - Ligadas	4.878	1.604
Carteira Terceiros		
Debêntures - Ligadas	18	-
Total	4.896	1.604
Passivo circulante	4.896	19
Passivo não circulante	-	1.585

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Despesas de Captações no Mercado Aberto		
Carteira própria	(156)	(74)
Carteira terceiros	(1)	-
Total	(157)	(74)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.606	1.538
Impostos e contribuições a recolher	353	561
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais (Nota 21a)	8.971	22.842
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 18d)	-	705
Total	17.930	25.646
Passivo circulante	8.959	2.804
Passivo não circulante	8.971	22.842

(a) Em 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, de 09 de outubro, dispondo, entre outros assuntos, que os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2012, poderiam: i) ser pagos à vista com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de cem por cento das multas isoladas, de cem por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal; ou ii) parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

Após análise detalhada da referida legislação, considerando que algumas empresas integrantes do Conglomerado discutiam judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS conforme disposto na Lei nº 9.718/98, optou-se pela adesão com a possibilidade de pagamento prevista na Lei nº 12.865 e respectiva desistência da referida discussão judicial pagos e baixados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

b) Diversas

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para passivos contingentes (Nota 21a)	1.209	156
Credores diversos - no País	214	2
Provisão para pagamentos a efetuar	9.307	3.405
Total	10.730	3.563
Passivo circulante	9.530	3.563
Passivo não circulante	1.200	-

15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Comissões de colocação de títulos	638	996
Corretagens de operações em bolsas	5.872	9.390
Serviços de custódia	240	219
Outros serviços	668	342
Total	7.418	10.947

b) Rendas de Tarifas de Serviços

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Rendas de corretagem	1.306	2.202
Rendas com taxa de administração e rebates	35	168
Total	1.341	2.370

c) Despesas de Pessoal

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Proventos	(7.322)	(4.774)
Encargos sociais	(1.666)	(1.508)
Benefícios	(789)	(840)
Demandas Trabalhistas	(196)	(62)
Honorários	(201)	(54)
Treinamento	(12)	(15)
Total	(10.186)	(7.253)

d) Outras Despesas Administrativas

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Água, energia e gás	(31)	(70)
Aluguéis	(1.381)	(1.288)
Comunicações	(406)	(543)
Depreciação	(89)	(114)
Emolumentos judiciais e cartorários	(25)	(14)
Manutenção e conservação de bens	(74)	(109)
Processamento de dados	(2.757)	(2.977)
Promoções e relações públicas	(100)	(176)
Publicações	(96)	(98)
Serviços de terceiros	(107)	(105)
Serviços do sistema financeiro	(256)	(179)
Serviços técnicos especializados	(1.131)	(3.759)
Transporte	(8)	(9)
Viagens	(227)	(336)
Vigilância e segurança	(25)	(31)
Outras	(123)	(428)
Total	(6.836)	(10.236)

e) Outras Receitas Operacionais

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Reversão de provisão de passivos contingentes	6	500
Correção monetária de depósito judicial	477	301
Recuperação de encargos e despesas	300	303
Variação monetária ativa	271	26
Reversão de provisão para remuneração variável	7.653	4.536
Outras	23	26
Total	8.730	5.692

f) Outras Despesas Operacionais

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Provisão para passivos contingentes	(58)	(7)
Outras	(152)	(1.149)
Total	(210)	(1.156)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Receitas não operacionais	17.121	-
Investimentos por incentivos fiscais	27.121	-
Despesas não operacionais	(32)	(1.366)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(32)	(1.366)
Total	27.089	(1.366)

(a) Refere-se ao ganho na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 169.280, está representado por 16.928.021.132 quotas subscritas e integralizadas.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para "Reserva para expansão". O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Valores correntes	(8.846)	(2.032)
IR e CSLL no País - Corrente	(8.607)	(1.538)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(239)	(494)
Valores Diferidos	(5.668)	3.808
Passivo fiscal diferido	221	645
MTM - TVM/Derivativos	221	645
Ativo fiscal diferido	(5.889)	3.163
Prejuízos fiscais	(1.993)	(673)
MTM - TVM/Derivativos	(79)	(40)
Provisões para contingências fiscais/cíveis/trabalhistas	157	318
Provisões p/particip. nos Lucros e Result. e Progr. de longo prazo	(3.878)	3.552
Provisões para pagamento de honorários	(96)	6
Total	(14.514)	1.776

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Adiantamentos e antecipações salariais	343	283
Devedores por depósitos em garantia	11.846	10.890
Impostos e contribuições a compensar	10.252	1.458
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 18e)	12.258	14.826
Devedores diversos - País	2	-
Outros	38	223
Total	34.739	27.680
Ativo circulante	13.998	6.950
Ativo não circulante	20.741	20.730

9. OUTROS VALORES E BENS

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Despesas Antecipadas		
Despesas de processamento de dados	316	336
Despesas de serviços do sistema financeiro	59	19
Despesas de serviços técnicos especializados	120	31
Outras	3	-
Total	498	386
Ativo circulante	439	386
Ativo não circulante	59	-

10. INVESTIMENTOS

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Investimentos por incentivos fiscais	3.334	7.500
Títulos patrimoniais	1	1
Total	3.335	7.501
(Imparidade acumulada)	(2.508)	(2.468)

	31/12/2013		01/01 a 30/06/2014		30/06/2014	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
	139	-	(17)	360	(238)	122
	50	-	(7)	520	(477)	43
	160	17	(65)	1.063	(951)	112
	349	17	(89)	1.943	(1.666)	277

	31/12/2013		01/01 a 30/06/2014		30/06/2014	
	Saldo contábil	Aquisiç.	Baixas	Amortiz.	Valor de custo	Amortiz. acumul.
	-	-	-	-	200	-
	-	-	-	-	200	(200)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Resultado antes dos tributos e participações	40.049	6.807
Encargo total do IR (aliquota de 25%) e CSLL (aliquota de 15%)	(16.020)	(2.723)
Encargos sobre receitas não tributáveis	33	1.133
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(200)	(635)
Encargos sobre juros de TVM não tributáveis	62	358
Encargos sobre particip. dos empregados nos Lucros e Resultados	1.701	3.610
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	115	22
Outros valores	(205)	11
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(14.514)	1.776

c) Despesas Tributárias

	R\$ Mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Cofins	(983)	(1.012)
ISSQN	(437)	(661)
PIS	(157)	(165)
Outras	(484)	(502)
Total	(2.061)	(2.340)

Ativos

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades	110	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	277.247	-
Títulos e valores mobiliários	12.761	-
Outros créditos	5	-
Total	(6.759)	-
	01/01 a 30/06/2014	30/06/2013
	27.121	15.428
Total	20.362	15.428

Ativos

	R\$ Mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades	152	190
Aplicações interfinanceiras de liquidez	242.607	242.607
Títulos e valores mobiliários	11.585	11.585
Outros créditos	15	15
Total	(3.935)	-
	01/01 a 30/06/2013	30/06/2013
	8.086	-
Total	4.151	15

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

- a) Incentivo Variável Condicionado:** plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados e diretores da Companhia.
- b) Incentivo de Longo Prazo:** plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01/10/2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

Em 30 de junho de 2014, o índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado foi de 15,1% (13,9% em 2013).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN (Relatório de Gerenciamento de Capital), o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no [website: www.bancovotorantim.com.br/ri](http://www.bancovotorantim.com.br/ri).

23. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim, de 30 de junho de 2014.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A Companhia está avaliando a Lei 12.973/2014 que entra em vigor em 1º de janeiro de 2015. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Conglomerado.

c) Lei 12.996/2014 com Alterações da Medida Provisória 651/2014

Em 10 de julho de 2014, foi publicada a Medida Provisória nº 651 (MP 651/2014) que, dentre disposições destaca-se a alteração na Lei nº 12.996/2014 que reabriu o prazo para pagamento e parcelamento de débitos tributários ("Refis da Crise"), vencidos até 31 de dezembro de 2013, incluindo os débitos perante as autarquias federais. As principais alterações introduzidas com a publicação da MP651/2014 foram:

- Reabertura do prazo (até o dia 25 de agosto de 2014) para pagamento à vista ou parcelamento com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL;
 - Pagamento antecipado de parte da dívida (na hipótese de adesão ao parcelamento), em até cinco parcelas, nos termos da Lei;
 - Possibilidade de reparcelamento de débitos incluídos em quaisquer parcelamentos anteriores;
- A Companhia possui processos cujas características podem atender aos requisitos da Lei nº 12.996/2014, que estão em avaliação pela Administração para adesão.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Proposta de Pagamento de Dividendos Intermediários**

Em 30 de julho de 2014, os sócios aprovaram a distribuição de lucros relativos ao resultado do primeiro semestre de 2014, aos quotistas da Sociedade no valor de R\$ 10.000.

A DIRETORIA

William de Almeida
Contador - 1SP20772/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Quotistas da **Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0